EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PROJETOS E AÇÕES OFICIAIS DO VALE DO TAQUARI

Antonio Marcos de Ávila

Lajeado, Novembro de 2009

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E JURÍDICAS
CURSO DE HISTÓRIA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PROJETOS E AÇÕES OFICIAIS DO VALE DO TAQUARI

Antonio Marcos de Ávila

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, como exigência parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História.
Orientadora: Neli Teresinha Galarce Machado.

Lajeado, Junho de 2009

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Neli Teresinha Galarce Machado por ter aceito ser minha orientadora neste trabalho de conclusão, e por ter me dado a oportunidade de trabalhar durante o período de 2 anos como bolsista no Setor de Arqueologia.

Aos professores Maribel Girelli, Mateus Dalmáz, Luís Fernando Laroque e Silvana Rossetti Faleiro pelo auxílio na construção do meu conhecimento, durante os quatro anos e meio de curso.

Aos amigos que conheci durante meus 2 anos como bolsista do Setor de Arqueologia, Jones Fiegenbaum, Marcos Kreutz, Diego Gheno, Patricia Schneider, Fernanda Schneider, Eduardo Relly, Clara Darde, Letícia Zanon, Sidnei Wolf e Sergio Lopes, pelas longas conversas descontraídas.

A minha família pela apoio e a força que vem me dando ao longo dos meus 39 anos de vida, em especial a minha querida mãe Maria Rosa de Ávila e a minha amada esposa Simone, que muito tem me ajudado nestes últimos 6 anos que estamos juntos.

As minhas grandes amigas do mundo canino, Frustreka e Magda.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal realizar um levantamento de informações junto ao Poder Público Municipal dos 36 municípios que compõem o Vale do Taquari, a fim de identificar a existência de projetos e ações tomadas por estes que de alguma maneira promovam ou que venham a promover a prática de atividades no campo da Educação Patrimonial dentro dos limites do Vale. Primeiramente um levantamento de informações será feito junto as Secretarias de Educação, Turismo e Cultura dos 36 municípios do Vale do Taquari, com a finalidade de constatar a existência de tais projetos ou ações. Em um segundo momento será feita uma visita aos municípios que possuem exemplos concretos de tais projetos e ações, a fim de buscar dados e resultados para uma posterior análise qualitativa, e por fim estes dados colhidos serão analisados e tratados, e os resultados obtidos poderão ser usados para alavancar futuras discussões acerca do tema Educação Patrimonial no Vale do Taquari.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da região do Vale do Taquari. ….....14

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

Cecor/EBA-UFMG – Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis/Escola de Belas Artes/Universidade Federal de Minas Gerais

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CODEVAT - Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JK – Juscelino Kubitschek

PED/RS – Programa de Execução Descentralizada

PNMA – Programa Nacional do Ministério do Meio Ambiente

PREP – Projeto Regional de Educação Patrimonial

PRODESUS/Quarta Colônia – Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia

SECEX/MDIC – Secretaria de Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....8

2 O VALE DO TAQUARI.....11

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....11
2.2 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO.....14

3 O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO.....17

3.1 QUE PATRIMÔNIO É ESTE?.....17
3.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL E A MEMÓRIA.....20
3.3 BRASIL, É HORA DE PRESERVAR.....22
3.4 PATRIMONIAL? QUE EDUCAÇÃO É ESTA?.....27

4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: EXEMPLOS QUE DERAM CERTO.....32

4.1 O PROJETO REGIONAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA QUARTA COLÔNIA.....32
4.2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM CURSO DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITABIRITO/MG.....37

5 O LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES.....40

5.1 O CONTATO COM OS MUNICÍPIOS.....41

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....51

REFERÊNCIAS.....54

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

1 INTRODUÇÃO

O termo Educação Patrimonial é atualmente usado para designar ações, projetos e programas educacionais que encontram no Patrimônio Cultural sua principal fonte de conhecimento e enriquecimento, seja individual ou coletivo. De alguns anos para cá as discussões acerca do tema vem se intensificando, não somente no meio acadêmico ou em reuniões promovidas pelo Poder Público, mas também no cerne das comunidades que, de alguma maneira, buscam alternativas para a preservação do seu Patrimônio Cultural local.

É válido lembrar que a proposta de uma metodologia que viesse a auxiliar na prática destas ações, foi introduzida no Brasil “em termos conceituais e práticos” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 5), no ano de 1983, não se completaram nem três décadas desde o inicio das primeiras discussões que contemplam o tema.

Deste período até os dias atuais uma série de experiências foram desenvolvidas em vários lugares do país, e através das respostas obtidas com a realização destes trabalhos foi possível, além de implementar novas práticas pedagógicas a serem utilizadas, constatar as mudanças qualitativas que incidiram no processo de mudança de comportamento das comunidades atingidas por estes.

Neste trabalho busca-se identificar, através de um levantamento de informações feito junto ao Poder Público Municipal dos 36 municípios que compõem o Vale do Taquari, os possíveis projetos ou ações oficiais já implementadas, ou que virão a ser implementadas por estes e que tenham como objetivo o desenvolvimento de programas de Educação Patrimonial. Estes programas não precisam necessariamente envolver apenas a rede escolar do município, eles também podem acontecer junto a empresas, a entidades ou organizações comunitárias e núcleos familiares.

O primeiro capítulo do trabalho traz uma contextualização histórica e sócio-econômica da região pesquisada, o Vale do Taquari. No que diz respeito ao contexto histórico faremos uma breve incursão à pré-história do Vale, a fim de conhecer uma pouco da história daqueles que foram os primeiros povoadores desta região que hoje chamamos de Vale do Taquari, os indígenas.

No segundo capítulo busca-se esclarecer o conceito de Patrimônio, bem como realizar uma volta ao início do século XX para identificar as primeiras políticas voltadas à preservação do Patrimônio Histórico Nacional. Este capítulo também tratará de conceituar de maneira simples e objetiva termos como Cultura, e por fim entender o que é afinal a Educação Patrimonial, de que forma esta metodologia de Educação é aplicada e desenvolvida, e que tipos de mudanças esta acaba acarretando nas vidas dos indivíduos e comunidades nas quais é aplicada.

O terceiro capítulo traz alguns exemplos de casos onde a aplicação de projetos que envolveram a prática de Educação patrimonial junto às comunidades resultou em mudanças radicais na forma de vida dos moradores atingidos pelos mesmos. A forma como estas pessoas passaram a valorizar sua cultura material e imaterial, bem como o modo como passaram a interagir com o Patrimônio Cultural local foram notadamente modificados. Outras mudanças significativas também foram notadas, como o aumento da auto-estima destes cidadãos e uma nova forma como estes passaram a perceber e valorizar as elementos culturais que os rodeiam.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

No capítulo seguinte teremos acesso aos resultados das pesquisas feitas junto aos 36 municípios do Vale do Taquari afim de constatar a existência ou inexistência de projetos ou ações oficiais no âmbito da Educação Patrimonial. A partir dos dados colhidos e analisados obtivemos respostas as indagações feitas ainda no projeto de pesquisa que culminaria neste Trabalho de Conclusão de Curso: Qual a visão dos municípios do Vale do Taquari acerca da preservação de seu Patrimônio Cultural? Estariam estes municípios, por meio do Poder Público Municipal, desenvolvendo um trabalho no âmbito da preservação e valorização dos seus bens culturais? De que maneira estas iniciativas estão sendo implementadas?

Para finalizar o trabalho realizaremos, no último capitulo, uma breve reflexão crítica acerca da importância da promoção, por parte do Poder Público Municipal, de ações que contribuam para a prática da Educação Patrimonial dentro dos seus municípios. A importância de se construir junto a comunidade local políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do Patrimônio Cultural, que por fim acabarão favorecendo as economias locais, pois alavancam o desenvolvimento turístico e desenvolvem uma consciência de sustentabilidade nos cidadãos.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

2 O VALE DO TAQUARI

Neste capítulo será realizado uma contextualização histórica e sócio-econômica do Vale do Taquari, pois considera-se que o conhecimento e entendimento de tais contextos seja de extrema importância para a compreensão da formação cultural do grupo que constitui a população do Vale.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Sabemos que os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul foram índios caçadores-coletores que ocuparam boa parte do território do estado, em uma área que compreendia desde o Rio Uruguai até o Oceano Atlântico.

Através de datações realizadas podemos afirmar que o homem chegou ao Estado a cerca de 10.000 anos, fazendo a travessia do Rio Uruguai, “a pesquisa sobre os povoadores mais antigos foi realizada por Eurico Th. Miller (1976), no sudoeste do Rio Grande do Sul, na margem do Rio Uruguai e seus afluentes, onde encontrou acampamentos datados desde 10.700 a 6.600 a.C.” (Schmitz, 2006, *apud* Kreutz, 2008).

Conforme Kreutz (2008), o Vale do Taquari começa a receber seus primeiros habitantes por volta do início da Era Cristã, estes recém-chegados eram o povo Guarani que provavelmente começaram sua expansão do Amazonas para o Paraguai, Uruguai, norte da Argentina e diversas regiões do País, entre elas o Rio Grande do Sul.

A presença destas populações pretéritas no Vale do Taquari continua sendo amplamente pesquisada através do Setor de Arqueologia da Univates, que faz parte do Museu de Ciências Naturais da Univates e que iniciou suas pesquisas, de forma sistemática, no ano 2000. Coordenado pela arqueóloga Dra. Neli Teresinha Galarce Machado o setor já conta com uma série de sítios arqueológicos catalogados.

A partir da primeira metade do século XVII, segundo relatos, o Vale recebeu a visita de missionários jesuítas e bandeirantes paulistas que percorreram boa parte dos territórios que se encontram às margens do rio Taquari, em especial as regiões de Bom Retiro do Sul e Estrela. Já em meados do século XVIII, os primeiros imigrantes açorianos se estabelecem à margem esquerda do Taquari, local onde mais tarde seria criado o município de Taquari, um dos mais antigos do estado do Rio Grande do Sul (Vilanova, 2002).

No ano de 1822, que marca a Independência do Brasil, buscando melhorar as condições de defesa militar no estado do Rio Grande do Sul, é enviado à corte de Viena e outras cortes Alemãs o major Jorge Antonio von Schaeffer, com dois objetivos, o primeiro e declarado objetivo seria conseguir colonos para o estado, e o segundo não declarado seria o de conseguir soldados para o corpo estrangeiro, instalado no Rio de Janeiro. Este segundo objetivo visava claramente garantir a independência brasileira (Ahlert; Gedoz, 2001).

Em 18 de Julho de 1824 aporta no Rio de Janeiro o navio “Protector”, deste desembarca a primeira leva de imigrantes alemães, estes imigrantes chegam ao estado no dia 25 de julho, na colônia de São Leopoldo. Esta primeira leva era composta por 39 pessoas de nove famílias, logo após vieram outras, totalizando

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

5.350 imigrantes alemães que chegaram aos estado durante o período de 1824 a 1830 (Ahlert; Gedoz, 2001).

Ainda segundo Ahlert e Gedoz (2001), durante a nova onda imigratória alemã, que se iniciou em 1844, o Vale do Taquari a integrar as pretensões do governo, interessado em aumentar o espaço para colonização no estado. Mas apesar das pretensões do governo em instalar imigrantes alemães no Vale, este processo passou a ser desenvolvido a partir de 1850 por empresas particulares.

> Tais empresas estabeleceram-se na região transformaram a colonização em um expressivo setor de negócios imobiliários privados e agenciamento de colonos, mediante compra de terra de antigos proprietários ou mesmo de terras devolutas, que eram divididas em lotes destinados à venda para agricultores, estabelecendo-se colônias por iniciativa privada, sob supervisão do governo da província (Ahlert; Gedoz, 2001, p. 65).

A entrada dos imigrantes italianos se deu a partir de 1878, quase trinta anos após a chegadas dos primeiros imigrantes alemães, estes ocuparam principalmente a região alta do Vale do Taquari. Para Ahlert e Gedoz (2001), o estabelecimento destes imigrantes junto com os alemães modificaram de forma profunda os aspectos demográficos e econômicos da região, os autores apontam para o fato de que a chegada destes imigrantes italianos foi determinante para a ocupação da porção norte do Vale, que até então era habitada por posseiros e índios.

No que diz respeito as populações de origem africana, estas encontram-se presentes no Vale do Taquari desde suas primeiras ocupações. No início do Império, a região do Vale do Taquari já contava com uma série de fazendas extrativas escravistas, segundo dados levantados na revista Valores do Vale (2005, p. 22), no ano de 1814, cerca de 20% da população de Taquari era constituída por escravos, este percentual subiu para 50% quando se deu a emancipação da localidade no ano de 1849.

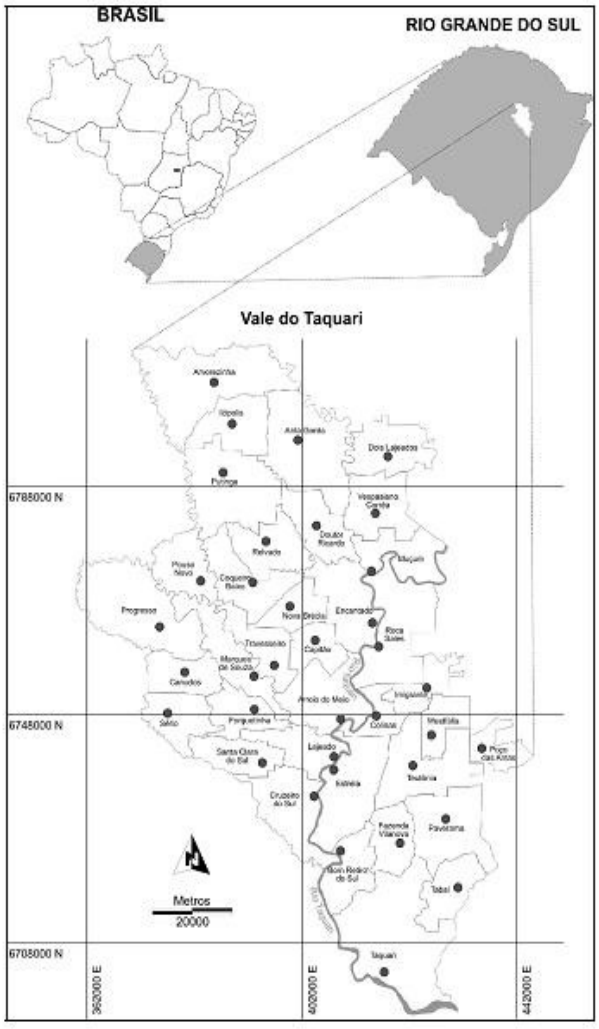
Esta fusão de etnias, que conta com alemães, açorianos, africanos, indígenas e italianos foi fundamental para o processo de formação cultural do Vale do Taquari.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Para Krüger (2008), esta miscigenação de culturas que resultou na construção de um Patrimônio Cultural ainda presente no Vale do Taquari, é um dos fatores determinantes no desenvolvimento e sustentabilidade da região.

2.2 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO

A região denominada “Vale do Taquari”, localiza-se na região central do estado do Rio Grande do Sul e ocupa uma área total de 4.821,1 km² de área (Figura 1). Situado às margens do rio Taquari e afluentes, em uma extensão que compreende os municípios de Arvorezinha e Taquari, e que se estende ao oeste até os municípios de Progresso e Sério e, ao leste até Poço das Antas (Perfil, 2009).



Fonte: Banco de Dados Regional/UNIVATES.

Figura 1 – Localização da região do Vale do Taquari.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Atualmente o Vale do Taquari é composto por 36 municípios e segundo estimativa da última contagem da população, realizada em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,) o Vale conta com uma população de 315.530 habitantes, cerca de 2,99 % da população do estado (Perfil, 2009).

Os 36 municípios que compõem o Vale são: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazendo Vila Nova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Corrêa e Westfália (Perfil, 2009).

As cidades do Vale com maior população são Lajeado, Estrela, Taquari, Teutônia, Encantado e Arroio do Meio. Nestes municípios residem mais de 50% de população de todo o Vale do Taquari. Lajeado, com cerca de 67.474 habitantes, segundo a contagem da população 2007 do IBGE, é o município com o maior número de habitantes do Vale, mais de 20% da população regional, seguido logo após pelo município de Estrela, que conta com cerca de 29.059 habitantes.

Conforme o Perfil Socioeconômico do Vale do Taquari (2009), existem 86.754 postos de trabalho no Vale, estes estão divididos em 8 setores econômicos que são: industria de transformação, serviços, comércio, administração pública, construção civil, agropecuária, serviços ind. utilidade pública e extrativo mineral. O setor com maior número de estabelecimentos é o da industria de transformação, que por sua vez é o setor que mais emprega, com 40.646 empregos gerados.

As principais industrias de transformação são as de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, seguida pelas industrias de madeira e do mobiliário. O volume de exportação do Vale do Taquari corresponde a US$17.052.398.127, conforme fonte do SECEX/MDIC, 2008, sendo Lajeado o município que mais exporta, seguido por Taquari e Encantado.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A atividade agropecuária foi responsável direta por cerca de 12,73% do Valor Adicionado Bruto do Vale no ano de 2006, esta é organizada de modo familiar, em minifúndios, e caracteriza-se pela diversidade de culturas e criação. Segundo o boletim informativo do CODEVAT, de setembro de 2001, o Vale do Taquari conta com cerca de 31.645 propriedade rurais, e o tamanho médio destas propriedades e de 13,32 ha.

No que tange a área da educação, o Vale do Taquari conta com duas Instituições de Ensino Superior, a UNIVATES e a UERGS, além de aproximadamente quinhentas escolas nos diferentes níveis de ensino, e conforme informações da FEE (2000) a taxa de alfabetização é de 93,27% no Vale.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

3 O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Este capítulo tem como objetivo, tentar esclarecer o conceito de Patrimônio Histórico, bem como traçar um histórico das primeiras políticas públicas voltadas à preservação do Patrimônio Histórico Nacional, políticas estas que começaram a ser praticadas no país no início do século XX. Entender o que é, e de que forma é promovida a Educação Patrimonial é outro objetivo deste capítulo.

3.1 QUE PATRIMÔNIO É ESTE?

Se buscarmos um conceito para patrimônio a partir da análise etimológica da palavra, seremos remetidos a raiz latina *patrimonium,* esta, por sua vez, nos remete ao significado de herança paterna ou pátria, às riquezas comuns que são herdadas de gerações passadas e serão transmitidas às futuras gerações, desta forma pode-se concluir que o conceito de patrimônio está diretamente ligado com as origens, memórias e identidade de uma nação ou comunidade.

Traduzido para o inglês como *heritage*, e para o espanhol como *herencia*, hoje, a palavra patrimônio aparece por diversas vezes acompanhada por um adjetivo (natural, ambiental, histórico, etc.) que acaba determinando a sua natureza e que para Choay (2001) “fizeram dela um conceito nômade”, sendo esta cotidianamente

empregada para denominar conjuntos de bens materiais ou imateriais e tudo mais que pertença ao indivíduo ou que seja passível de avaliação econômica.

Aqui trataremos de discutir tão somente acerca da categoria de patrimônio que está estreitamente relacionada à ideia de herança, a que conhecemos como patrimônio cultural, a qual Funari e Pinsky escrevem:

> Além disso, ao falarmos “patrimônio”, em geral, nos referimos a uma parte apenas dos bens culturais, o patrimônio histórico-arquitetônico. Esta foi abarcada por outra, mais ampla, a do patrimônio cultural, que envolve ainda a de patrimônio ambiental, uma vez que hoje concebemos o ambiente como um produto da ação dos homens, portanto, da cultura (Funari; Pinsky, 2002, p.16).

Reforçando o que foi supra citado, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entende que :

> O patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis (IPHAN, 2009).

O professor francês Hughes de Varine-Bohan (citado em LEMOS, 2006) divide o patrimônio cultural em três grandes categorias: a dos recursos naturais (natureza e meio ambiente); a dos elementos referentes ao saber e ao saber fazer (as técnicas e artes utilizadas pelo homem) e a dos bens culturais (que surge do grupo dos objetos e dos artefatos e construções).

Vale destacar que o conceito moderno de patrimônio, bem como a formação de um modelo de preservação e de uma política pública que viesse a contemplá-lo foi desenvolvido na França do século XVIII. Foi lá que o Estado, após o advento da Revolução Francesa, que culminou com o famoso episódio da queda da Bastilha,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

começou a tomar medidas voltadas para a proteção dos monumentos que tinham algum significado para a história da nação.

No ano de 1789, mais precisamente em 2 de outubro, em um dos primeiros atos da Constituinte, os bens do clero são colocados " à disposição da nação", logo após os dos emigrados e os da Coroa (Choay, 2001). Choay destaca que "essa fabulosa transferência de propriedade e essa perda brutal de destinação eram sem precedentes", e por outro lado acarretaria uma série de problemas, que segundo a autora "também sem precedentes".

> O valor primário do tesouro assim devolvido a todo o povo é econômico. Os responsáveis adotam imediatamente, para designá-lo e gerenciá-lo, a metáfora do espólio. Palavras-chave: herança, sucessão, patrimônio e conservação. Eles transformaram o status das antiguidades nacionais. Integradas aos bens patrimoniais sob o efeito da nacionalização, estas se metamorfosearam em valores de troca, em bens materiais que, sob pena de prejuízo financeiro, será preciso preservar e manter. Não dependem mais de uma conservação iconográfica (Choay, 2001, p. 98).

Este modelo de política preservacionista que nasce na França, tornando-se consistente apenas seis décadas após a queda da Bastilha, acaba servindo de modelo para a elaboração de políticas de preservação do Patrimônio Histórico no Brasil, a partir dos anos 30 do século XX (Camargo, 2002). No que trata das políticas de preservação durante o século XIX e XX, Fonseca discorre:

> No século XIX se consolidaram dois modelos de política de preservação: o modelo anglo-saxônico, com o apoio de associações civis, voltado para o culto ao passado e para a valoração ético-estética dos monumentos, e o modelo francês, estatal e centralizador, que se desenvolveu em torno da noção de patrimônio, de forma planificada e regulamentada, visando ao atendimento de interesses políticos do Estado. Esse último modelo predominou entre os países europeus, e foi exportado, na primeira metade do século XX, para países da América Latina, como o Brasil e a Argentina, e, após a Segunda Guerra Mundial, para as ex-colônias francesas (Fonseca, 2005, p. 62).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Com o surgimento dos Estados nacionais, o patrimônio deixou de ser algo privado e aristocrático e passou ser entendido como algo público e compartilhado, sobre isso Funari e Pelegrini escrevem:

> A Revolução Francesa viria a destruir os fundamentos do antigo reino. Ao acabar com o rei, toda a estrutura do Estado perdia a razão de ser. A República criava a igualdade, refletida na cidadania dos homens adultos. E precisava criar os cidadãos, fornecer meios para que compartilhassem valores e costumes, para que pudessem se comunicar entre si, para que tivessem um solo e uma origem supostamente comuns (Funari; Pelegrini, 2006, p.15).

Durante todo o século XIX intensificou-se a criação de novos patrimônios nacionais, e estes contribuíram para a criação de referenciais comuns aos habitantes de um mesmo território, estes passaram a compartilhar uma mesma língua, uma mesma cultura e uma mesma origem. Funari e Pinsky destacam:

> Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política (Funari; Pinsky, 2006, p.16).

3.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL E A MEMÓRIA

No subcapítulo anterior discutimos acerca do conceito de patrimônio, fizemos um retorno ao século XVIII para entender como foi criado o conceito moderno de patrimônio, bem como o surgimento dos primeiros modelos de preservação deste. Já no primeiro parágrafo identificamos a ligação direta do termo patrimônio com as origens e as memórias de uma sociedade ou nação, ficando claro a aproximação deste com questões relativas à preservação e à memória.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Para a UNESCO, “o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas”, desta forma é de suma importância entender como se dá esta relação entre patrimônio e memória, afim de compreender qual a real importância do patrimônio para a humanidade.

Segundo Le Goff (1997), “A identidade cultural de um país, estado ou cidade se faz com a memória individual e coletiva”, segundo ele a construção do ethos cultural e da cidadania só acontece quando a sociedade passa a preservar e divulgar seus bens culturais. Ainda a este respeito o autor discorre:

> ...é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que se esclarece sobre o vínculo, entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história (Le Goff, 1997, p. 139).

Mas o que seria a “memória coletiva”, na qual o autor se refere no parágrafo anterior? Para Le Goff, a memória é uma faculdade que extrapola os limites do corpo humano e/ou do cérebro, para ele a sociedade como um todo também possui sua memória. O sociólogo Maurice Halbwachs, o primeiro a estudar esta modalidade de memória no início do século XX, na sua obra *A memória coletiva*, publicada após a sua morte em 1950, escreve:

> as lembranças podem organizar-se de duas maneiras: tanto agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê do seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena (…) Haveria motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> uma interior ou interna, a outra exterior – ou então uma memória pessoal e a outra, memória social (Halbwachs, 2006, *apud Santiago 2007* p. 23).

Para Gondar e Dodebei (2005), a memória social ou coletiva é vista como um objeto de estudo transdisciplinar, ou seja, não é possível encontrar um conceito que dê conta de esclarecer as múltiplas facetas desta a partir de um único campo disciplinar. O seu conceito estaria em construção a partir de problemáticas que resultam do "entrecruzamento ou nos atravessamentos entre diferentes campos do saber" (Gondar; Dodebei, 2005, apud Santiago 2007 p.23). Para Le Goff, estes campos seriam, a história, a antropologia, a sociologia entre outros, mas sem se fixar inteiramente em apenas um deles (Santiago, 2007).

Por sua vez, Nora trata de fazer uma distinção entre memória e história, segundo sua análise, a primeira é afetiva, enquanto a segunda é intelectual, a memória estaria em permanente construção, enquanto a história seria apenas a representação do passado. A este respeito ainda escreve:

> A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história instala a lembrança intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica (Nora, 1993, p. 09).

3.3 BRASIL, É HORA DE PRESERVAR

As primeiras políticas voltadas para a preservação do patrimônio brasileiro datam da década de 1920, quando os primeiros projetos de leis são elaborados, mas apenas na década de 1930 é que as iniciativas preservacionistas passam a alcançar melhores resultados. A primeira ação concreta do governo federal,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

representado pela figura do presidente Getúlio Vargas, a este respeito foi conceder a Ouro Preto a categoria de monumento nacional, através do decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933.

Em 1936 é criado de forma provisória o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a partir de um projeto elaborado por Mário de Andrade a pedido do Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. No que diz respeito a criação do SPHAN, Fonseca considera que:

> A criação do do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1936, deve ser analisada à luz de dois fatos que marcaram a vida cultural e política do Brasil na metade do século XX: o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1937, corolário da Revolução de 30 (Fonseca, 2005, p. 82).

Para Fonseca (2007), os agentes recrutados para o SPHAN, todos adeptos do modernismo, teriam que lidar com dois compromissos distintos, o primeiro diz respeito ao movimento cultural renovador, e o segundo com um governo autoritário, a autora também destaca a importância de se compreender este contexto cultural no qual estava inserido a formulação de uma temática referente ao patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil, contexto este no qual o movimento modernista vem se opor diretamente.

A saber, o movimento modernista no Brasil teve como ponto de partida a Semana de Artes Modernas, realizada em São Paulo, no ano de 1922, esta tratava-se de um amplo movimento de cunho cultural que teve um forte impacto principalmente no campo da literatura e artes plásticas.

No ano seguinte a sua criação, o SPHAN é regulamentado a partir do Decreto-lei 25/1937, o artigo 1º deste decreto define de forma oficial o Patrimônio Histórico como:

> Constitui o patrimônio histórico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação seja de interesse público,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Artigo 1º do Decreto-lei nº 25/37).

Nota-se que nesta definição de patrimônio histórico, imposta pelo Poder Público através de decreto-lei, acabam sendo priorizadas as obras arquitetônicas, e talvez seja por este fato que durante um longo período a expressão "patrimônio histórico" esteve relacionada ao conjunto de bens imóveis (prédios, monumentos e demais edificações) que constituíam o acervo com algum valor histórico-arquitetônico construído nas cidades.

A cerca deste fato Bosi escreve:

> Esse conceito norteou, na prática, a política de preservação do patrimônio histórico no país e em diversos estados e municípios da federação brasileira, por força da estrutura de poder centralizador, imposta pelo Estado Novo (1937-1945). Priorizou-se, assim, o patrimônio edificado e arquitetônico – a chamada 'pedra cal' - em detrimento de outros bens culturais significativos, mas que, por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável ou pertencentes a um estilo arquitetônico relevante, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos, por não terem, no contexto desta concepção, valor que justificasse sua preservação (BOSI, 2002, p.131).

Para Funari e Pelegrini (2006), estas primeiras ações voltadas a defesa do patrimônio nacional, que incluíam apenas edifícios e palácios, faziam parte de um projeto mais amplo, dedicado à pratica social integradora do governo Vargas. A este respeito os autores complementam:

> Essas escolhas foram feitas devido a seus vínculos com a história oficial da nação. Enquanto a arquitetura foi elevada à condição de marca nacional capaz de promover a imagem de solidez do Estado brasileiro, os bens culturais não pertencentes às elites acabaram relegados ao esquecimento. Tal premissa foi alterada mais de 60 anos após a criação do Iphan, mediante a implementação do Decreto n.3.551/2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial (Funari; Pelegrini, 2006, p. 46).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Segundo Fonseca (2005), no período pós-Estado Novo, um grande número de intelectuais passou a integrar os quadros do Partido Comunista, pois nele enxergavam o "instrumento para a concretização da justiça social", dentre tantos intelectuais que passaram a integrar os quadros do partido, a autora destaca os nomes de Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Oscar Niemeyer e Cândido Portinari. A autora também destaca que durante o governo Juscelino o estilo de arquitetura modernista, presente na construção de Brasília, sagrou-se como o estilo oficial do governo de Juscelino Kubitschek (JK).

Mas além do apoio dado por JK ao estilo modernista, que acabou se consolidando e teve seus grandes nomes consagrados, no que diz respeito ao desenvolvimento cultural nada de concreto foi realizado durante o seu governo, o mesmo acontecera nos governos Dutra e Vargas (Fonseca, 2005).

Durante todo o período democrático, que vai de 1946 a 1964, as políticas públicas voltadas ao interesse do patrimônio nacional, foram sofrendo mudanças que as levaram a acordar com os conceitos de identidade nacional forjados pelo governo que, naquele momento, estivesse ocupando o poder. Durante o período supra citado foi aprovada, graças a uma forte campanha humanista dirigida pelo intelectual paulista Paulo Duarte, a lei 3.924/1961, que trata de proteger o patrimônio arqueológico nacional (Funari; Pelegrini, 2006).

Conforme Meira (2004), a partir de 1964, ano em que os militares alcançam o poder através do golpe, são publicadas uma série de instrumentos que visam disciplinar o organizar a produção e distribuição dos bens culturais no país. Na visão de Ortiz (1994), estas medidas servem para concretizar o "pensamento autoritário do estímulo controlado da cultura", neste contexto são criados, o Conselho Federal de Cultura, a Funarte e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Ortiz destaca que este movimento cultural, que se segue após 64, assinala dois momentos distintos,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> que não são na verdade contraditórios; por um lado ele é um período da história onde mais são produzidos e difundidos os bens materiais, por outro ele se define por uma repressão ideológica e política intensa (Ortiz, 1994 *apud* Meira, 2004, p. 62).

Vale ressaltar que neste período as jazidas e os sítios arqueológicos são elevados, após a promulgação da Constituição de 1967, à categoria de bens a serem preservados, no ano de 1979 é criada a Fundação Nacional Pró-Memória, que tinha como objetivo, "driblar os entraves burocráticos e agilizar a captação de recursos para realizar programas e projetos na área da cultura" (Funari; Pelegrini, 2006, p. 48).

Na década de 1980 é criada a lei nº 7.505/1986, que ficou conhecida como Lei Sarney. Para Funari e Pinsky, esta lei acabou significando "um impulso no âmbito da proteção do patrimônio", mas trouxe consequências, como o desenvolvimento do que os autores chamam de "marketing cultural", que acabou se consolidando durante a década de 90. Os autores também alertam para o fato de que o patrimônio passou a servir como "veículo de propaganda empresarial", como se tratasse apenas de um "produto cultural", uma mercadoria.

Com a promulgação da Constituição de 1988, a autonomia dos municípios para legislar sobre os assuntos referentes ao patrimônio local foi ampliada, e a instituição de planos diretores para as cidades com mais de vinte mil habitantes passou a ser obrigatória, colaborando "no processo de renovação conceitual e requalificação do planejamento urbano". (Meira, 2004, p. 66).

A proteção às manifestações populares, de qualquer segmento étnico nacional, passam a ser protegidas segundo as disposições do artigo 215 da Constituição, já o artigo 216 amplia o conceito de patrimônio, além de impulsionar a criação de um novo instrumento de preservação: o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, implementado pelo decreto nº 3.551/2000. (Funari e Pelegrini, 2006)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Meira destaca que:

> Através dos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares, podem ser inscritos como parte do patrimônio cultural brasileiro os conhecimentos, modos de fazer, rituais, festas, manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços, tendo como referência "a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira" (Meira, 2004, p. 67).

Nos últimos vinte anos assistimos a uma série de conquistas no âmbito da preservação do patrimônio, principalmente no diz respeito ao patrimônio imaterial, mas ainda há muito a ser feito. O certo é que não podemos esperar apenas por políticas propostas e/ou implantadas pelas autoridades públicas, é a hora e a vez da população se envolver neste processo, a fim de contribuir pra a consolidação das políticas de inclusão social e com a sustentabilidade do nosso patrimônio cultural.

3.4 PATRIMONIAL? QUE EDUCAÇÃO É ESTA?

Quando do início do levantamento de informações junto ao Poder Público dos municípios do Vale do Taquari, buscando saber se estes, através de algum tipo de ação ou projeto, promoviam a prática de Educação Patrimonial dentro dos limites municipais, houve a surpresa em relação ao fato de que boa parte das pessoas com as quais houve contato, sendo na sua grande maioria secretários de educação e cultura, desconheciam o termo Educação Patrimonial, não sabiam exatamente do que se tratava.

Pois bem, a função deste sub-capítulo é justamente tentar esclarecer, de uma forma simples e objetiva, o que é Educação Patrimonial, e como esta proposta de educação é desenvolvida junto as comunidades.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Sabe-se que, para que haja por parte da população de uma determinada região uma real valorização do seu Patrimônio Cultural, esta deve primeiramente conhecê-lo a fim de construir a partir deste "encontro" uma identidade cultural calcada no respeito às especificidades históricas da sua região, e desta forma contribuir no processo de divulgação e preservação deste patrimônio. Pode-se, através de ações educacionais centradas na questão patrimonial, promover a construção desta identidade cultural, bem como contribuir para o aumento do sentimento de cidadania e inclusão social destas pessoas. A este processo que envolve a sensibilização ao patrimônio damos o nome de Educação Patrimonial.

Surgida inicialmente para auxiliar o desenvolvimento de programas didáticos em museus, esta prática foi ganhando espaço e sendo adequada para ser usada também nas escolas, onde os alunos, a partir do estudo de objetos que estão inseridos no cotidiano de suas comunidade, "passam a se entender enquanto sujeitos do processo histórico em construção e a compreender que é possível atuarem nas mudanças" (Soares, 2003, p.26). Em termos conceituais, Horta define a Educação Patrimonial da seguinte forma:

> Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p.6).

Horta, ressalta também que:

> O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999. p.06).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

As ruas, as praças, as casas, os prédios públicos, entre outros bens materiais e imateriais de uma cidade ou comunidade, guardam um pouco do testemunho histórico e cultural de cada um que ali habita, a história destes indivíduos está, de certa forma, “escrita” nestes elementos construídos pelos próprios habitantes e que constituem a cidade ou comunidade. Através destes elementos o indivíduo tem a possibilidade de reconstruir e recontar a sua história, pois estes, são referenciais de sua identidade.

Infelizmente, o que temos notado atualmente é que passou-se a “enxergar” as cidades apenas como um volume erguido de tijolos e cimento, deixou-se de associar o meio físico com o meio social. A este respeito Garaeis escreve:

> Quando vista como representativa da vida em sociedade, a cidade é elemento importante na significação e identidade dos grupos sociais que nela habitam. No espaço urbano é que estão contidos os sentimentos, as experiências dos indivíduos, que nela habitaram ou ainda habitam, registradas nos lugares onde se estabeleceram as relações sociais, de poder, etc. Assim é por meio do espaço urbe que desenvolve a memória da comunidade e sua história (Garaeis, 2005, p. 28).

Por meio da memória conseguimos estabelecer um elo entre o presente e o passado, e esta, em seu aspecto individual ou coletivo está fortemente atrelada ao patrimônio cultural, podemos então afirmar que a memória nos traz a sensação pertencimento a determinado grupo ou local. Torna-se, portanto, fundamental a preservação do patrimônio cultural, bem como o conhecimento e entendimento deste por parte do indivíduo, para que continue se dando a manutenção da identidade e memória individual e do grupo social.

> O risco que uma comunidade corre, ao ignorar seu patrimônio, é a perda do que os cientistas sociais chamam de memória coletiva, quando símbolos culturais materiais e imateriais importantes são 'demolidos', uma vez que as comunidades perdem sua referências fundamentais que prejudicam, definitivamente, a compreensão do seu passado e, consequentemente, a ausência da consciência histórica do presente (Garaeis, 2005, p. 29).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Uma das propostas da Educação Patrimonial é justamente fazer com que o cidadão passe a ter, alem do conhecimento, uma compreensão a respeito da diversidade de manifestações que constituem o Patrimônio Cultural. Segundo Horta, “a percepção dessa diversidade contribui para o desenvolvimento do espírito de tolerância, de valorização e de respeito das diferenças...”. A autora também destaca que:

> A Educação Patrimonial pode ser assim um instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que esta inserido. Este processo leva ao desenvolvimento da auto-estima dos indivíduos e comunidades, e à valorização de sua cultura, como propõe Paulo Freire em sua idéia de 'empowerment', de reforço e capacitação para o exercício da auto-afirmação (Horta, 2009).

No que diz respeito a aplicação desta metodologia, Horta esclarece:

> A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade de área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. Outro aspecto de fundamental importância no trabalho de Educação Patrimonial é o seu caráter transdisciplinar, podendo ser aplicado como método em todas as disciplinas […] (Horta, 2009).

Alguns cuidados devem ser tomados ao aplicar esta metodologia, primeiramente deve-se ter o cuidado para que se inicie a metodologia a partir do bem cultural, e após siga-se algumas etapas pré-definidas, a primeira delas seria a identificação do Bem Cultural, a segunda o registro do Bem Cultural e a terceira a valorização e o resgate, onde se culmina com a apropriação da experiência vivenciada (Grunberg, 2000).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A Educação Patrimonial configura-se como um excelente instrumento mediador entre o cidadão e o Patrimônio Cultural local, a prática destas atividades junto as comunidade, além de possibilitar um contato do cidadão com o seu passado, a fim de melhor conhecê-lo e dar-lhe valor, contribui para a construção da identidade coletiva cultural deste. Desta forma os educadores, bem como o poder público devem se empenhar ao máximo para a criação e desenvolvimento destes projetos, a fim de integrar os cidadãos com sua comunidade, para que haja por parte destes, um entendimento mais abrangente e crítico da sua história e da sua cultura, e que por fim contribuirá para a formação de um processo de sustentabilidade do Patrimônio Cultural regional.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: EXEMPLOS QUE DERAM CERTO

Neste capítulo tomaremos conhecimento de dois projetos onde a metodologia de Educação Patrimonial foi utilizada e foram obtidos excelentes resultados. O primeiro caso com o qual teremos contato é o Projeto Regional de Educação Patrimonial da Quarta Colônia, este projeto foi desenvolvido em um período de 4 anos e seu alcance se deu nos 9 municípios que formam esta microrregião do estado do Rio Grande do Sul. O segundo caso exposto é o do município de Itabirito, no estado de Minas Gerais, onde ações de Educação Patrimonial foram desenvolvidas junto à Prefeitura Municipal, em parceria com o Cecor/EBA-UFMG, durante o ano de 2005, o público alvo deste projeto foram os professores da rede pública de ensino (estadual, municipal e rural).

4.1 O PROJETO REGIONAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA QUARTA COLÔNIA

No final da década de 80, mais precisamente no ano de 1989, a Quarta Colônia Italiana do Rio Grande do Sul passava por uma série de problemas de ordem sócio-econômicas, não bastasse a estagnação econômica da região, notava-se ainda que boa parte da população sofria de baixo auto-estima, quadro este que

contribuía para o aumento do processo de estagnação regional. Por outro lado, esta estagnação somada ao “esquecimento” pelo qual passava a região, permitiu que boa parte do seu patrimônio cultural permanecesse preservado.

No entanto, para a comunidade, este “tesouro” não passava de “restos” de um passado distante, algo sem uma representação significativa e que tinha seus dias contados. Desta maneira, importantes referenciais culturais como a arquitetura em pedra e tijolo, os dialetos, o artesanato, a gastronomia, entre outras “formas de ser e fazer a história da comunidade estavam presentes mas encobertas por uma nuvem de desvalorização que ameaçava sufocá-los até a sua desaparição” (Itaqui; Villagran, 1998, p. 12).

Segundo Itaqui e Villagran (1998), o sistema educacional local contribuía com boa parte da responsabilidade no processo de desvalorização dos bens culturais por parte da comunidade, visto que este “centrava a sua atuação em programas, conteúdos, livros, cartilhas, formas de relação, etc..., pautados centralmente e sem vínculos com a realidade local”, os autores ainda destacam o fato de que esta proposta cultural apresentada pelo sistema educacional “não os ajudava a compreender a sua realidade, para dela apropriar-se e transformá-la”, mas por fim contribuía para a fuga destes cidadãos para outras cidades, em busca de novas oportunidades.

No ano de 1989, a Secretaria de Cultura e Turismo do município de Silveira Martins institui o Projeto Identidade, este buscava promover ações de revalorização da cultura local. A partir de 1994, dando continuidade às políticas de caráter cultural iniciadas com o Projeto Identidade, é dado início ao Projeto Regional de Educação Patrimonial (PREP), este tinha, entre tantos outros objetivos, o de buscar reverter a situação na qual se encontravam os cidadãos da Quarta Colônia, e através de um projeto de educação, promover o reencontro da comunidade local com o seu patrimônio e sua cultura local, além de recolocar, a então esquecida Quarta Colônia, de volta ao mapa do estado do Rio Grande do Sul.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A ideia inicial do PREP surgiu dentro da Secretaria Municipal de Cultura de Silveira Martins e foi implementada em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação do mesmo município. O projeto foi desenvolvido durante um período de quatro anos, e atendeu de forma sistemática e planejada os nove municípios que formam a microrregião, mas teve seu início no município de Silveira Martins, logo após os demais municípios foram integrados ao projeto. A experiência abrangeu 290 professores, 120 escolas, 2985 alunos, além dos pais e demais membros das comunidades.

Segundo Itaqui e Villagran (1998), na execução do projeto buscou-se aplicar uma metodologia de educação patrimonial que possuísse como objetivo político-pedagógico a integração dos conteúdos curriculares das escolas participantes do Projeto Identidade à realidade imediata da região. Segundo os autores, "essa metodologia é materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de aprendizagem do contexto sociocultural", ou seja, a partir do contexto histórico no qual estão inseridos os alunos e a comunidade, foi efetuado um processo de construção de uma nova identidade, condizente com suas atuais referências culturais.

Para a execução do PREP, foram desenvolvidos oito programas, colocados em prática semestralmente, estes integrados às atividades curriculares das escolas da rede municipal. O início dos programas aconteceu no 2º semestre de 1993, sendo concluídos no 2º semestre de 1997. Os oito programas desenvolvidos foram os seguintes:

1. A casa, espaços e mobílias (desenvolvido no 2º semestre de 1993).
2. Documentos familiares (desenvolvido no 1º semestre de 1994).
3. Instrumentos de trabalho e técnicas de uso (desenvolvido no 2º semestre de 1994).
4. Cultivos e alimentação (desenvolvido no 1º semestre de 1995).
5. Flora Nativa (desenvolvido no 2º semestre de 1995).
6. Fauna Nativa (desenvolvido no 1º semestre de 1996).
7. Água I (desenvolvido no 1º semestre de 1997).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

8. Água II (desenvolvido no 2º semestre de 1997).

Para cada um dos oito programas desenvolvidos, uma série de planos de trabalho foram realizados pelos professores das redes municipais de ensino que integraram o PREP.

Para o desenvolvimento do primeiro programa foi trabalhado uma proposta que envolvia a investigação sensorial de um objeto, esta proposta foi dividida em seis etapas que tiveram como objetivos desenvolver a sensibilidade e a capacidade de observação dos sentidos, desenvolver a percepção espacial do corpo, reconhecer a sua casa como objeto integrante de sua história, entre outros tantos. Para o cumprimento deste objetivos foram realizadas uma série de atividades que culminaram com uma exposição na escola, reunindo todos os trabalhos realizados.

O segundo programa, desenvolvido durante o 2º semestre de 1994, trabalhou com os documentos familiares, nesta etapa alguns dos objetivos propostos foram: valorizar a identidade do aluno na família, na escola e na comunidade, através da sua documentação; entender o passado, relacioná-lo com o presente e projetar o futuro; resgatar suas raízes através dos documentos, entre outros. Este programa foi dividido em quatro etapas, na quarta e última etapa foram realizadas exposições nas localidades e sede dos municípios.

No terceiro programa foram realizadas pesquisas de campo, nas quais os alunos fariam a coleta de objetos e instrumentos antigos, estes seriam limpos, restaurados e identificados. Este programa trouxe a oportunidades dos alunos terem acesso a elementos culturais únicos, bem como incentivar nas comunidades a conservação e a criação de lugares de memória.

Os cultivos e alimentação foram os temas propostos a serem trabalhados no quarto programa. Aqui os objetivos, entre tantos outros, eram os de resgatar as diferentes formas de cultivo, reconhecer a importância dos alimentos para se ter uma boa saúde e despertar no aluno a consciência da necessidade de uma boa

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

alimentação. Fara finalizar este programa foi convidado um palestrante da EMATER para falar sobre a importância da água, higiene, bem como o valor nutritivo dos alimentos, além da realização de uma entrevista com os pais, que buscavam informações sobre o cardápio diário servido em suas residências.

Durante a realização do quinto e sexto programas foram trabalhados temas relativos à flora e à fauna nativa local, buscando através de uma série de atividades, despertar uma consciência de preservação junto aos alunos e a comunidade.

Nos dois últimos programas foram trabalhadas diversas atividades relacionadas à importância da água para manutenção da vida do indivíduo, ao final do programa foi pedido aos alunos que organizassem uma exposição, a fim de reunir e apresentar todos os trabalhos realizados.

Durante o período de quatro anos o PREP da Quarta Colônia desenvolveu e aplicou uma série de atividades com base em propostas metodológicas específicas da Educação Patrimonial, a partir do resgate, conhecimento e apropriação do patrimônio cultural local, a população passou a reconhecer-se e projetar-se como Quarta Colônia de Imigração Italiana, fortalecendo desta maneira, um sentido de regionalidade. O projeto envolveu durante estes quatro anos, alunos e professores de Ensino Fundamental da rede de ensino pública e privada, além de boa parte da comunidade local e familiares dos estudante, num processo interdisciplinar e interescolar que culminou com um visível salto no desenvolvimento regional. Vale destacar que os resultados da experiência, realizada junto a Quarta Colônia, serviram de base para a elaboração da dissertação de Mestrado em Educação, apresentada a Universidade Federal de Santa Maria, da autora e colaboradora do programa, a professora Maria Angélica Villagran.

Entre tantas conquistas para a região, o PREP contribuiu para que a Comissão Nacional da reserva da Biosfera da mata Atlântica, junto com o Comitê Estadual de Tombamento da Mata Atlântica sugerisse que o município de Silveira Martins fosse transformado em Área Piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

do Rio Grande do Sul. A criação desta área piloto trouxe a qualificação da região, no ano de 1995, para que participasse com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (PRODESUS/Quarta Colônia), no Programa de Execução Descentralizada – PED/RS, do Programa Nacional do Ministério do Meio Ambiente – PNMA. No ano de 1997, José Itaqui e Maria Angélica Villagrán foram agraciados com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, oferecido pelo Ministério da Cultura e o IPHAN, pelo desenvolvimento do PREP da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

4.2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM CURSO DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITABIRITO/MG

A ideia de implementar o projeto Preservação do Patrimônio através da Educação Patrimonial, surgiu durante uma pesquisa de mestrado realizada entre os anos de 2001 e 2003. Este foi colocado em prática no município de Itabarito, no estado de Minas Gerais, durante o no ano de 2005, junto à Prefeitura Municipal em parceria com o Cecor/EBA-UFMG. O público alvo do projeto foram os professores da rede pública municipal, estadual e rural de ensino, e o mesmo teve como objetivo, capacitá-los, para que através da prática em sala de aula das metodologias de Educação Patrimonial, estes se tornassem parceiros e agentes multiplicadores no processo de preservação do patrimônio cultural regional.

O módulo 1 do curso de capacitação, Preservação do Patrimônio através da Educação Patrimonial, aconteceu durante o período de agosto a novembro de 2005, sua carga horária foi de 45 horas/aula, e foi ministrado na própria cidade de Itabirito pelos professores Moema N. Queiroz e Mário Anacleto Souza Jr., ambos Conservadores-Restauradores e Mestres em Artes Visuais, que formam o corpo técnico especializado do Cecor. Também participou do projeto, Anamaria R. Almeida

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Neves, professora do curso de Especialização em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis da EBA/UFMG.

Os temas abordados durante o curso foram: conceitos relativos à identidade e patrimônio culturais; conceitos e critérios sobre preservação; conservação e restauração; princípios teóricos da educação patrimonial; apresentação de estudos de casos relativos à conservação-restauração de bens culturais móveis; elaboração e apresentação de projetos educacionais tendo como base os temas voltados à identidade e patrimônio culturais; vivências através da compreensão e apropriação do objeto artístico e pesquisa, confecção e apresentação da "caixa de memórias ou arqueologia familiar"; visita técnica a um monumento escolhido pelo grupo, e por fim a avaliação final do grupo.

Ao conteúdo programático do curso foram introduzidas vivências através da compreensão e apropriação do objeto e da pesquisa, além da confecção e apresentação da "Caixa de memórias ou Arqueologia familiar". Desta forma buscou-se colocar em contato, o professor e seu universo particular, para que este tivesse um reconhecimento dos seus próprios valores, assim, este professor poderá no futuro transferir para seus alunos um novo olhar sobre patrimônio, calcado nas emoções resgatadas e registradas a partir das vivências.

Na implementação da primeira vivência foi utilizado o exercício de "Estímulo à percepção e análise", sugerido por Horta (1999). Este exercício tem por etapas a observação, registro, exploração e apropriação de um objeto. Nesta etapa os participantes são convidados a levar para a aula um objeto que seja de sua estima, estes são expostos e um é escolhido por cada um dos grupos, este não deve ter nenhuma referência com o grupo que o escolheu. A seguir o grupo é convidado a escrever uma história a respeito do objeto escolhido, logo após a apresentar esta história ao resto da turma, por fim o dono do objeto conta a história real deste.

Na segunda etapa, a vivência utilizada é a "Caixa de memórias ou Arqueologia familiar", aqui o participante vai explorar seu universo pessoal e logo

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

após compartilhar com os demais participantes. Desta maneira o participante parte da sua vivência particular para após transformá-la em vivência em grupo.

Ao longo das demais semanas são trabalhados diversos conceitos relativos ao patrimônio e sua conservação preventiva. Em uma nova etapa do curso, o aluno é convidado a fazer um verdadeiro trabalho arqueológico na sua casa, este é incitado a vasculhar sua gavetas, baús antigos, armários, caixas esquecidas, a fim de iniciar um processo de resgate da sua memória, e através de diálogos com os demais membros da família, um resgate da memória familiar. Por fim, é solicitado aos participantes a confecção de uma caixa, onde estes devem colocar diversos itens a sua escolha, estes itens, junto com a caixa, serão mostrados aos demais participantes na fase de encerramento do curso, onde o aluno compartilhará com os demais, um pouco da sua vida e da sua história.

Segundo Queiroz (2007), uma das professoras que ministram os cursos, a partir da atividade citada anteriormente o aluno “é levado a refletir sobre o seu micro-ambiente e a sua importância em seu contexto social, reconhecendo-se muitas vezes naquele grupo e/ou indivíduo e compreendendo os conceitos trabalhados ao longo do período do curso”. Como última etapa do curso, foi agendada uma visita técnica a uma igreja em restauração, localizada no distrito próximo a Itabirito.

Queiroz (2007), destaca que “os resultados do primeiro módulo foram extremamente satisfatórios, com a aprovação dos participantes e da Prefeitura Municipal de Itabirito/MG”. Dos grupos que participaram do primeiro módulo, quatro deles foram selecionados no concurso nacional “Tesouros do brasil”. Queiroz completa:

> “Acreditamos haver incentivado a esse primeiro grupo uma reavaliação de conceitos e uma abertura para novas posturas entre os professores e a comunidade, aguçando a percepção desses com o seu bem cultural” (Queiroz, 2007, p. 280).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

5 O LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

O objetivo principal deste trabalho é identificar, a partir de um levantamento de informações junto ao Poder Público Municipal dos 36 municípios que compõem o Vale do Taquari, a existência de projetos e ações tomadas no âmbito municipal, que promovam ou que venham a promover a prática de atividades no campo da Educação Patrimonial dentro dos limites do Vale. Para isso, durante um período de aproximadamente 30 dias, foi feito o levantamento de informações junto as Secretarias de Educação, Turismo e Cultura de cada um dos 36 municípios que compõem o Vale do Taquari.

O contato com as secretarias municipais aconteceu a partir de ligações telefônicas ou visitas a estas. Em conversa, na grande maioria das vezes, com o Secretário(a) responsável, procurou-se saber se o município em questão possuía algum projeto implantado (em andamento ou não), ou a ser implantado que brindasse os alunos e a comunidade local com a prática de atividades inerentes à Educação Patrimonial. Em todos os contados realizados consegui obter as informações que buscava.

5.1 O CONTATO COM OS MUNICÍPIOS

Veremos a seguir as respostas obtidas junto às Secretárias de Educação e Cultura dos 36 municípios que compõem o Vale do Taquari, a partir dos contatos mantidos com estas.

Anta Gorda

No contato realizado junto à Secretaria de Educação e Cultura do município de Anta Gorda, tive a oportunidade de conversar com a Secretária Municipal Sra. Ana Lampert Zeni, esta me relatou, que apesar da preocupação que o município tem em relação as questões que dizem respeito ao seu Patrimônio Histórico e Cultural, este não possui nenhum projeto ou ação oficial voltado à prática de Educação Patrimonial em âmbito municipal.

Arroio do Meio

Em visita realizada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Arroio do Meio, pude conversar com a Coordenadora do Departamento de Cultura do município, Sra. Angélica Diefenthaler, esta falou a respeito da Mostra de Cinema que acontece toda a semana na própria Secretaria de Educação e Cultura, sobre a criação do Museu Municipal, que já está em funcionamento, além de outras iniciativas do município que dizem respeito a preservação do Patrimônio Cultural local. Mas em relação a ações ou projetos que promovam a prática da Educação Patrimonial dentro do município, nada foi instituído até o momento.

Arvorezinha

A Secretária de Educação e Desporto do município de Arvorezinha, Sra. Rosane Desengrini Barbizan, não se achou em condições de responder a indagação que fiz a respeito das políticas públicas municipais referentes a implementação de ações ou projetos na área da Educação Patrimonial no município, esta me pediu que entrasse em contato com a Secretária de Turismo e Cultura para tentar obter tais informações, para mim a resposta foi dada. Infelizmente, depois de uma série de tentativas, não consegui contato com o Secretário de Turismo e Cultura.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Bom Retiro do Sul

O município de Bom Retiro do Sul, segundo o Secretário da Educação e Cultura, Sr. Malcus Cassiano Kuhn, não possui projetos ou ações instituídas pelo Poder Público municipal que institua a prática de Educação Patrimonial junto às escolas ou a comunidade local.

Canudos do Vale

Por meio de um telefonema pude contatar a Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto de Canudos do Vale, Sra. Aline Bianchetti, esta me relatou que no momento o município não possui nenhum projeto ou ação oficial, instituída por parte do Poder Público municipal, que venha contemplar a prática da Educação Patrimonial junto aos alunos e/ou a comunidade local. Aline destacou que o município tem planos de, num futuro próximo, criar seu Museu Municipal.

Capitão

Segundo o secretário da educação e cultura de Capitão, Sr. Vianei Rodrigues da Silva, o qual contatei por telefone, não há nenhuma ação ou projeto oficial em andamento, que contemple a prática da Educação Patrimonial no município, segundo ele, existe uma preocupação por parte do Poder Público Municipal em se trabalhar algo que diga respeito ao tema, mas até o momento nada foi realizado.

Colinas

O secretário da Educação e Cultura do município de Colinas, Sr. Irineu Horst, afirmou pelo telefone que, na atual administração pública municipal, nenhuma ação ou projeto no âmbito da Educação Patrimonial foi instituído. Segundo ele, em relação ao Patrimônio Cultural local, a preocupação maior no momento é com a preservação dos prédios históricos da cidade.

Coqueiro Baixo

Em conversa por telefone, a coordenadora de educação do município de Coqueiro Baixo, Sra. Luciana Maria Laude Ferronato, deixou claro que o Poder

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Público do município se preocupa com as questões referentes ao seu Patrimônio Cultural, prova disso, segundo ela, foi a restauração do antigo moinho da cidade. Mas no âmbito da Educação Patrimonial, não existe nenhuma ação ou projeto oficial instituído.

Cruzeiro do Sul

Segundo a Secretária da Educação e Cultura, Sra. Regina Isabel Leite, o município de Cruzeiro do Sul sempre teve uma preocupação com as questões relacionadas a preservação do seu Patrimônio Cultural, prova disso foi o tombamento do prédio conhecido como Casa do Morro. A secretária adiantou que o prédio passará por um processo de restauração dentro em breve, mas em relação a Educação Patrimonial o município não possui nenhum projeto ou ação instituida.

Dois Lajeados

Carine de Oliveira Salvador é a Secretária de Educação e Cultura do município de Dois Lajeados, em conversa que tive com ela por telefone, esta me informou que no momento o município não possui nenhum projeto ou ação oficial implantada que tenha como objetivo promover a prática da Educação Patrimonial dentro dos limites da cidade. Segundo ela, no momento, uma das preocupações do Poder Público em relação ao Patrimônio Cultural local é a criação do Museu Municipal, o qual o projeto já está sendo montado.

Doutor Ricardo

O poder Público Municipal de Doutor Ricardo não possui nenhuma ação ou projeto oficial implementado que dê conta de orientar a prática de Educação Patrimonial dentro dos limites do município. Esta informação me foi dada pela assessora da Secretaria da Educação e Cultura do município, Sra. Daiane Buzoli, por meio de contato telefônico. Por outro lado, Daiane afirmou que o município trabalha o resgate da Cultura Italiana, através de projetos de dança, teatro e corais.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Encantado

A partir do contato telefônico com a Secretária de Educação e Cultura de Encantado, Sra. Roseli Mottin Soares, constatei que o município não implementou nenhuma ação ou projeto oficial que contemple a prática de Educação Patrimonial. Segundo ela, o município pretende, num futuro próximo, iniciar algum trabalho nesta área.

Estrela

Segundo a assessora da Secretária de Educação e Cultura do município de Estrela, Sra. Lea Seibt Barth, não existe nenhuma ação ou projeto oficial no âmbito da Educação Patrimonial.

Fazenda Vila Nova

O assessor da Secretaria de Educação e Cultura do município de Fazenda Vila Nova, Sr. Fabricio Meneghini, me informou por telefone, que a atual administração não criou nenhum projeto ou ação oficial que visasse a implementação da prática de Educação Patrimonial dentro do município. O mesmo desconhece a prática de alguma atividade relativa a Educação Patrimonial que tenha sido implementada pelas administrações anteriores.

Forquetinha

Em decorrência do contato que tive com a Secretária de Educação, Cultura, Turismo e Desporto do município de Forquetinha, Sra. Sandra Feil, concluí que o poder público municipal não possui nenhum projeto ou ação oficial que leve à prática de Educação Patrimonial junto aos alunos e a comunidade local. A secretária destacou, que apesar deste fato, outras medidas são tomadas para a conservação do Patrimônio Cultural local, como o ensino do dialeto Hunsrück junto às escolas.

Ilópolis

O município de Ilópolis ficou muito conhecido pelo trabalho de restauração realizado no velho moinho Colognese, uma construção que datava do início do

século XX. Com o patrocínio de empresas privadas ele foi totalmente restaurado, teve todos seus elementos e funções originais recuperadas, e junto a este foi construído o Museu do Pão. Em conversa com a Secretária de Educação e Cultura do município, Sra. Vânia Faion Mallagi, esta me adiantou que na atual administração não foi implementado nenhum projeto ou ação que vise a implantação da prática da educação Patrimonial juntos as escolas e comunidade local.

Imigrante

A partir de contato feito com a Secretária de Educação e Cultura do município, Sra. Edi Fassini, pude concluir que não existem ações ou projetos instituídos pelo Poder Público que tratem da implementação de programas na área da Educação Patrimonial. Segundo a secretária, uma séria de atividades são realizadas junto aos alunos das escolas públicas, com o intuito de trabalhar as questões relativas à preservação e resgate do Patrimônio Cultural local, mas no meu entender para que uma ação educativa se configure como Educação Patrimonial, há a necessidade de profissionais (professores) treinados a frente destas ações, bem como o uso de uma metodologia específica para tal.

Lajeado

Lajeado não possui nenhum projeto ou ação oficial instituída pelo Poder Público municipal que promova a prática da Educação Patrimonial, esta informação me foi repassada pela Assessora de Legislação de Ensino do município, Sra. Rose Elisabeth Heemann. Segundo ela o município tem interesse em trabalhar projetos de Educação Patrimonial no decorrer da atual administração, mas até o momento nada foi feito este respeito.

Marques de Souza

Diante do exposto pela Secretária da Educação, Cultura, Turismo e Desporto de Marques de Souza, Sra. Sônia Scherer, após contato via telefone, pude constatar que não existem ações ou projetos oficiais que instituam a prática da Educação

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Patrimonial dentro dos limites do município. A secretária destacou que o Poder Público está mobilizando verbas para a implantação de um Museu Municipal.

Muçum

Conforme informações obtidas com a Secretária da Educação e Cultura de Muçum, Sra. Lucimara Schroeder, pude atentar para o fato de que não existem políticas instituídas no município que busquem a implementação de ações ou projetos no campo de ação da Educação Patrimonial.

Nova Bréscia

Para o Secretário de Educação e Cultura do município de Nova Bréscia, Sr. Vilmar Luíz Cristofoli, a falta de pessoas especializadas na área de Patrimônio Cultural, trabalhando junto ao Poder Público, é um dos motivos pelo qual inexistem projetos e/ou ações voltados à prática da educação Patrimonial no município.

Paverama

O município de Paverama não possui ações e/ou projetos oficiais voltados ao ensino de Educação Patrimonial, segundo a Secretária da Educação do município, Sra. Carla Tatiana Griebeler, existe interesse por parte do Poder Público em implantar tais ações, mas até o momento isto não aconteceu.

Poço das Antas

Claudete Regina Schneider Flach, Secretária da Educação e Cultura do município do Poço da Antas, afirmou por telefone que, até o momento, não foi implementado, por parte do Poder Público Municipal, nenhuma ação ou projeto que institua a prática da Educação Patrimonial dentro do município. A secretária comentou que foi enviado a Brasília, um projeto visando adquirir verbas para a implantação de um Museu na cidade.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Pouso Novo

O município de Pouso Novo, segundo informações obtidas com o Secretário Municipal de Educação e Cultura, Sr. João Demarchi, não possui nenhum projeto ou ação instituída pelo Poder Público que institua a prática de Educação Patrimonial dentro do município.

Progresso

Segundo Raenio Roque Battisti, Secretário da Educação e Cultura de Progresso, o Poder Público municipal se preocupa com as causas relativas à preservação do seu Patrimônio Cultural, mas desconhece qualquer tipo de ação tomada, pela atual administração ou anteriores, para a implementação de práticas de Educação Patrimonial dentro do município.

Putinga

Em Putinga ainda não foi executado, por parte do Poder Público municipal, nenhum plano que leve à prática de ações de Educação Patrimonial dentro do município. Esta informação me foi repassada pela Secretária da Educação e Cultura do município, Sra. Delcelia Paula Andriolio Camilotti.

Relvado

Relvado não possui projetos ou ações, instituídas pelo Poder Público municipal, voltadas à pratica da Educação Patrimonial. Segundo a Secretária da Educação e Cultura, Sra. Carine Delazeri, o município está a procura de um prédio para montar um Museu, e pretende no futuro colocar em prática projetos na área de Educação Patrimonial.

Roca Sales

Em decorrência das informações colhidas com a Secretária da Educação e Cultura do município, Sra. Nelda Erthal Cofferri, pude constatar que não existem projetos ou ações oficiais instituídas pelo Poder Público do município, que tratem de questões referentes à prática de Educação Patrimonial junto às escolas e comunidade local.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Santa Clara do Sul

Uma série de atividade que buscam resgatar a cultura alemã são divulgas no município, segundo me informou o Secretário da Educação e Cultura, Sr. Gilmar Antônio Hermes. Estas atividades envolvem grupos de dança, coral, teatro, entre outros. Mas projetos ou ações oficiais que tratem da implementação de Educação Patrimonial no município inexistem no momento.

Sério

Segundo Milena Rodrigues, Secretária da Educação e Cultura do município, Sério está em busca de um prédio para implantar por definitivo seu Museu municipal, no entanto a secretária destaca que não existem no município nenhuma ação ou projeto oficial implementado pelo Poder Público que faça referência à prática de Educação Patrimonial dentro do município.

Tabaí

O município de Tabaí não possui nenhum projeto ou ação oficial instituída pelo Poder Público no que trata das questões relativas à Educação Patrimonial. Segundo a Secretária Municipal de Educação e Cultura, Sra. Tânia Maria Oliveira Cardoso, o município tem uma grande preocupação com as questões relativas ao seu Patrimônio Cultural e pretende, dentro em breve, investir em projetos nesta área.

Taquari

Taquari é o “município mãe” do Vale, foi a partir dele que surgiram os demais município da região, mas segundo Maria Conceição Machado, Secretária da Educação e Cultura não existem projetos ou ações oficiais no que tange a prática da Educação Patrimonial dentro do município.

Teutônia

O município de Teutônia, segundo o vice-prefeito e secretário de Cultura, Sr. Ariberto Magedanz, trabalha uma série de práticas isoladas no que diz respeito à

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

divulgação e preservação do seu Patrimônio Cultural, mas o município não possui nenhuma ação ou projeto oficial que trate de questões relativas a implementação da Educação Patrimonial na cidade.

Travesseiro

Valquíria Marques de Castro, Secretária da Educação e Cultura do município de Travesseiro, esclareceu por telefone, que o Poder Público de sua cidade não possui nenhum projeto ou ação oficial que determine a prática de Educação Patrimonial nos limites do município.

Vespasiano Corrêa

Em conversa por telefone, o Secretário da Educação, Cultura, Desporto e Turismo de Vespasiano Corrêa, Sr. Arielo Gheno, me relatou que estava para ser implementado um projeto de Educação Patrimonial no município, que se chamaria "Preservação do Patrimônio Público Escolar e comunitário", após uma análise no projeto, que me foi enviado por e-mail pelo secretário, pude constatar que não se tratava de um projeto de Educação Patrimonial, pois o mesmo não faz uso da metodologia específica desta.

Westfália

O município de Westfália não possui ações ou projetos instituídos pelo Poder Público que venham a contemplar a prática de Educação Patrimonial juntos aos alunos das escolas públicas municipais e comunidade local. Esta informação me foi repassada pelo Secretário da Educação e Cultura, Sr. Gustavo Sieben, em visita que fiz ao gabinete do mesmo.

Todos os contatos com as Secretarias de Educação dos 36 municípios aconteceram durante o mês de Outubro e Novembro do ano de 2009. Com exceção dos municípios de Arroio do Meio, Santa Clara do Sul, Teutônia e Westfália, onde

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

estive pessoalmente fazendo as visitas, nos demais municípios os contatos foram realizados através de ligações telefônicas. Na grande maioria dos contatos, os Secretários(as) de Educação ou na falta destes, seus assessores, mostraram-se bastante apreensivos em dar uma resposta a minha indagação, muitos perguntavam sobre a situação dos demais municípios, e ao saberem que os demais não tinham nenhuma ação ou projeto implementado, sentiam-se mais tranquilos em responder o questionamento.

Pode-se destacar que, o fato de ter sido feito contato com os municípios questionando acerca deste tema, propicie aos responsáveis pela Educação municipal o (re)pensar de suas práticas, incluindo nestas, o tema Educação Patrimonial.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos constatar no decorrer deste trabalho, o Vale do Taquari é uma região constituída por uma fusão de etnias, que conta com a presença de alemães, açorianos, africanos, indígenas e italianos, entre outras. Esta pluralidade racial contribuiu para a construção de um rico Patrimônio Cultural que se mostra vivo e presente em cada um dos “cantos” do Vale, mas ainda pouco conhecido por grande parte daqueles que nele habitam .

A presente pesquisa feita junto aos 36 municípios que compõem o Vale do Taquari nos oportunizou ter uma breve visão a respeito das políticas adotas pelo Poder Público destes municípios, através de suas Secretarias de Educação e Cultura, e que tem como objetivo trabalhar as questões relativas ao seu Patrimônio Cultural junto às escolas públicas e demais setores da comunidade. Tendo como foco principal a busca por ações e projetos no âmbito da Educação Patrimonial executadas pelos municípios, a pesquisa nos revelou uma total carência destas atividades nos municípios pesquisados.

Apesar da expressão Educação Patrimonial já ter passado a fazer parte do vocabulário cotidiano de boa parte dos profissionais que trabalham com educação, pois muitas são as discussões acerca do tema que vem sendo desenvolvidas no desenrolar deste início de século XXI, para muitos destes profissionais ainda

continua sendo um termo totalmente desconhecido. Nos contatos que mantive com as Secretarias de Educação e Cultura dos municípios do Vale, constatei que boa parte dos profissionais que ali trabalham não tinham conhecimento do significado de Educação Patrimonial, mostrando-se surpresos ao serem indagados a respeito das políticas voltadas à execução de ações e projetos que contemplassem esta prática dentro dos seus municípios.

Será que as discussões sobre o tema Educação Patrimonial continuam ocorrendo apenas no meio acadêmico ou nos encontros que reúnem museólogos, arqueólogos, turismólogos ou demais profissionais que trabalham com Patrimônio Cultural?

Dentre os 36 municípios pesquisados, não há ações ou projetos implementados pelo Poder Público Municipal que instituam a prática da Educação Patrimonial junto aos alunos das escolas públicas ou demais integrantes da comunidade local. Não quero dizer com isso que os municípios do Vale do Taquari não se preocupem com os assuntos que dizem respeito ao seu Patrimônio Cultural, nas conversas que mantive com as(os) Secretárias(os) de Educação dos municípios, ou na falta destes, com seus assessores ou coordenadores, verifiquei que existe uma real preocupação dos municípios com estas questões, mas boa parte destes profissionais alegou que faltam verbas para implementar tais atividades, outros alegam falta de profissionais preparados para colocar em prática tais ações, e outros, ainda, creditam ao fato de que, por estarem ainda no início da nova gestão (são 11 meses desde a posse da nova administração), não tiveram tempo suficiente para o planejamento destas ações.

Diante disso deixo algumas indagações para reflexão. Será que um município necessita de altos investimentos para colocar em prática ações ou projetos de Educação Patrimonial? Qual é o real custo de implantação de um projeto desta natureza? Será que os resultados obtidos com tais projetos não seriam muito maiores se comparado ao valor investido nos mesmos? Porque os municípios, que

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

alegam falta de pessoal preparado para por em prática tais ações, não investem no treinamento e preparo destes?

Ao definir Educação Patrimonial, Horta (1999) destaca que para que se inicie um processo de preservação sustentável do patrimônio cultural há a necessidade de que a comunidade local tome conhecimento deste, e logo após se "aproprie" do mesmo de forma consciente, tomando-o para si e fazendo deste parte integrante da sua história. Tais ações contribuem também para o fortalecimento da identidade e cidadania destes indivíduos. Além disso tais práticas de educação acabam por favorecer diretamente as economias locais, pois através destas o desenvolvimento turístico regional é alavancado. Então o que está faltando para que os municípios invistam em projetos e ações de Educação Patrimonial?

O Vale do Taquari é possuidor de uma imensa área e de inúmeros locais com um rico potencial para exploração turística, mas para desenvolver este turismo de forma saudável, é necessário que se vá "além da racionalidade econômica, e buscar uma racionalidade ambiental, baseada nos princípios da sustentabilidade, de forma que se construa um saber ambiental, baseado nas características intrínsecas da região: históricas, culturais, econômicas e políticas" (Krüger, 2008, p. 135). A Educação Patrimonial é a ferramenta ideal para que se construa este "saber ambiental", pois esta tem no Patrimônio Cultural sua "fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo" (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 06).

No atual momento, em que tanto se fala no termo desenvolvimento sustentável, nas discussões de âmbito econômico, social e ambiental, a adoção por parte dos municípios, de políticas que venham a contemplar as práticas de Educação Patrimonial, deveriam ser priorizadas nas pautas e planejamentos estratégicos dos mesmos, para que efetivamente a sustentabilidade regional seja alcançada.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

REFERÊNCIAS

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. **Estudo & Debate,** Lajeado, ano 8, n.1, 2001.

BOSI, E. O Patrimônio Histórico Revisado. In: BITTENCOURT, C. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL: Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. <http://www.iphan.gov.br>

CHOAY, Francoise. **A alegoria do patrimônio** . São Paulo: Estacão Liberdade, 2001.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo (Org.); PINSKY, J. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2002.

GARAEIS, Vitor Hugo. Educação Patrimonial: práticas alternativas, memórias, identidades e representações. **Textura - Revista de Letras e História.** Canoas: Ed. Ulbra, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. O que é a educação patrimonial. **Educação Patrimonial.** Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2003/ep/pgm1.htm>. Acesso em: out. 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, 1999.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2003/ep/pgm1.htm>. Acesso em: out. 2009.

HUPPES, Ivete (Org.). **Vale do Taquari: sinais de uma identidade**. Lajeado, RS: UNIVATES, 2002.

ITAQUI, José; VILLAGRAN, Maria Angelica. **Educação patrimonial: a experiência da quarta colonia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

KREUTZ, Marcos Rogério. **O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari - Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Univates, 2008.

KRÜGER, Ana. **Ecoturismo e sustentabilidade no Vale do Taquari:** possibilidades a partir de um estudo de caso no morro gaúcho em Arroio do Meio. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Univates, 2008.

LE GOFF, J. Patrimônio Histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, C. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto,1997. p. 137-140.

LEMOS, Carlos A. C.. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade:** políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Revista do Programa de pós-graduação em História da PUC - Projeto História**. São Paulo: n.º 10, 1993.p. 7-28.

PATRIMÔNIO CULTURAL. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.doid=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginaIphan>. Acesso em Outubro de 2009.

PERFIL do Vale do Taquari. Banco de Dados Regional. Disponível em: <http://www.univates.br>. Acesso em: Outubro de 2009.

QUEIROZ, Moema Nascimento. Preservação do patrimônio através da educação patrimonial: uma experiência com professores da rede pública de ensino de Itabirito/MG. **Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**. Minas Gerais: nº. 5, 2007, p. 275-280.

SANTIAGO, Rodrigo Peronti. **Memória e patrimônio cultural em ambientes virtuais**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2007.

VILANOVA, Maria da Graça. Rio Taquari: importância e presença nos símbolos municipais. In: HUPPES, Ivete (Org.). **Vale do Taquari: sinais de uma identidade**. Lajeado, RS: UNIVATES, 2002.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)